Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações de 2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. **Política Operacional**

Em 2017, o Sicoob Norte completou 29 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. **Nosso Desempenho**

2.1) Retornos

		%	p.p
ROE/ROA	**Jan a Dez/2017**	**Jan a Dez/2016**	**Variação**
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	10,72	19,08	-8,36
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	2,32	3,99	-1,67

2.2) Resultado

		Em Milhares R$	%
Demonstração do Resultado do Período	**Jan a Dez/2017**	**Jan a Dez/2016**	**Variação**
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	90.019	81.138	10,95
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	66.171	46.704	41,68
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8.559	2.785	207,32
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	17.551	14.169	23,87
Receitas com Ato Não Cooperativo	6.186	4.004	54,50
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	46.901	39.073	20,03
Despesas Tributarias	1.085	777	39,64
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	12.881	9.079	41,88
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	14.566	14.259	2,15
Juros ao Capital	12.061	15.405	- 21,71
Sobras Bruta do exercício	**19.618**	**31.201**	**- 37,12**

Contribuíram para compor a Sobra em 2017:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 23,87%, o resultado da intermediação financeira aumentou 10,95%, a receita com recuperação de prejuízo cresceu 207,32% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 54,50% em relação ao mesmo período de 2016.

Quanto as despesas a variação das despesas com pessoal e outras despesas administrativas e operacional, em relação ao mesmo período de 2016, foi de 20,03%.

A receita de ingressos de deposito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos foi de R$ 14.566 mil um aumento de 2,15 se comparado com o mesmo período de 2016.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 37,42%.

Foi pago em 29/12/2017 o valor de R$ 12.061 mil referente a juros ao capital.

2.3) Dados Patrimoniais

		Em Milhares R$	%
Balanço Patrimonial	**Jan a Dez/2017**	**Jan a Dez/2016**	**Variação**
Ativos Totais	870.301	793.534	9,67
Centralização Financeira	195.130	93.456	108,79
Carteira de Crédito	724.166	696.579	3,96
Depósitos	335.835	341.103	- 1,54
Patrimônio Líquido	198.015	189.337	4,58
Patrimônio de Referência (PR)	**197.998**	**189.327**	**4,58**

Os destaques para o crescimento da Cooperativa em 2017:

O total de ativos atingiu R$ 870.301 mil em 2017, com crescimento de 9,67% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da carteira de crédito, atingiu R$ 724.166 mil, com crescimento de 3,96% em relação a 31 de dezembro de 2016.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R$

	31/12/2017			31/12/2016			Variação	
Carteira de Crédito	**PF**	**PJ**	**Total**	**PF**	**PJ**	**Total**	**Valor total**	**% Total**
Crédito Rural	283.861	26.758	310.619	263.472	23.300	286.772	23.847	8,32%
Empréstimos	150.684	214.376	365.060	156.852	196.211	353.063	11.997	3,40%
Títulos descontados	10.649	27.203	37.852	14.653	30.734	45.387	-7.535	-16,60%
Conta Corrente	6.681	3.954	10.635	7.403	3.954	11.357	- 722	-6,36%
Total	**451.875**	**272.284**	**724.166**	**442.380**	**254.199**	**696.579**	**27.587**	**3,96%**

3) Pessoas

Contávamos com 214 colaboradores no final de dezembro de 2017. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R$ 22.065 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2017, houve uma concentração de 78,04% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

Em 2017, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 57 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, as 44 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

São Gabriel da Palha – ES, 31 de janeiro de 2018.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

A T I V O	**Nota**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Circulante		**573.211**	**531.986**
Disponibilidades	**4**	**7.663**	**6.465**
Títulos e Valores Mobiliários	**5**	**919**	**23.565**
Carteira Própria		919	23.565
Relações Interfinanceiras	**6**	**195.130**	**93.456**
Centralização Financeira - Cooperativas		195.130	93.456
Operações de Crédito	**7**	**358.084**	**404.653**
Empréstimos e Títulos Descontados		288.548	298.958
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		175.806	173.021
(-) Provisão para Operações de Crédito		(106.270)	(67.326)
Outros Créditos	**8.1**	**3.459**	**3.634**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.351	1.374
Rendas a Receber		1.802	1.622
Diversos		1.317	1.610
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa		(1.011)	(972)
Outros Valores e Bens		**7.956**	**213**
Outros Valores e Bens		7.911	185
Despesas Antecipadas		45	28
Não Circulante		**297.090**	**261.548**
Realizável a Longo Prazo		**264.423**	**231.117**
Títulos e Valores Mobiliários	**5**	**373**	**2.922**
Carteira Própria		373	2.922
Operações de Crédito	**7**	**259.812**	**224.600**
Empréstimos e Títulos Descontados		124.999	110.850
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		134.813	113.750
Outros Créditos	**8.2**	**4.238**	**3.595**
Diversos		4.238	3.595
Permanente		**32.667**	**30.431**
Investimentos	**10**	**22.948**	**21.694**
Participação em Cooperativa Central de Credito		15.496	15.342
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		7.452	6.352
Imobilizado de Uso	**11**	**9.599**	**8.554**
Imóveis de Uso		4.604	3.783
Outras Imobilizações de Uso		12.961	11.731
(-) Depreciações Acumuladas		(7.966)	(6.960)
Intangível	**12**	**120**	**183**
Ativos Intangíveis		876	857
(-) Amortização Acumulada		(756)	(674)
TOTAL		**870.301**	**793.534**

P A S S I V O	**Nota**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Circulante		**510.864**	**517.508**
Depósitos	**13**	**335.835**	**341.103**
Depósito à Vista		90.338	76.984
Depósito Sob Aviso		4.425	4.797
Depósito a Prazo		241.072	259.322
Relações Interfinanceiras		**149.537**	**146.473**
Repasses Interfinanceiros	14.1	149.505	146.468
Correspondentes	14.4	32	5
Relações Interdependências		**3.268**	**5.136**
Recursos em Trânsito de Terceiros	15	3.268	5.136
Obrigações Por Empréstimos e Repasses		**7.644**	**6.871**
Emprestimos no País - Outras Instituições	14.2	7.644	6.871
Outras Obrigações		**14.580**	**17.925**
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	16.1	242	103
Sociais e Estatutárias	16.2	6.944	8.667
Fiscais e Previdenciárias	16.3	1.327	1.664
Diversas	16.4	6.067	7.491
Não Circulante		**161.422**	**86.689**
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	**13.1**	**14.177**	**-**
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio		14.177	-
Relações Interfinanceiras		**142.790**	**82.669**
Repasses Interfinanceiros	14.1	142.790	82.669
Outras Obrigações		**4.455**	**4.020**
Diversas	16.5	4.455	4.020
Patrimônio Líquido		**198.015**	**189.337**
Capital Social	**18**	**129.376**	**121.897**
De Domiciliados No País		130.195	122.759
(-) Capital a Realizar		(819)	(862)
Reserva de Sobras		**65.675**	**61.599**
Sobras Acumuladas		**2.964**	**5.841**
TOTAL		**870.301**	**793.534**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

	Nota	**2º SEM. 2017**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Ingressos da Intermediação Financeira		**69.223**	**139.262**	**134.243**
Operações de Crédito	7.1	69.034	138.267	131.097
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.1	189	995	3.146
Dispêndios da Intermediação Financeira		**(58.179)**	**(115.414)**	**(99.809)**
Operações de Captação no Mercado	13.2	(10.791)	(25.935)	(32.226)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	14.3	(12.038)	(23.308)	(20.879)
Provisão para Operações de Créditos		(35.350)	(66.171)	(46.704)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		**11.044**	**23.848**	**34.434**
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		**(1.269)**	**(3.061)**	**(2.455)**
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		5.669	11.009	7.556
Rendas (Ingressos) de Tarifas		3.283	6.542	6.613
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	(9.806)	(19.120)	(17.505)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	(11.616)	(22.065)	(17.562)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(565)	(1.085)	(777)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.1	6.835	14.566	14.259
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	23	9.370	12.808	8.967
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	24	(4.439)	(5.716)	(4.006)
Resultado Operacional		**9.775**	**20.787**	**31.979**
Resultado Não Operacional	25	**49**	**73**	**112**
Resultado Antes da Tributação e Participações		**9.824**	**20.860**	**32.091**
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Participações nos Resultados de Empregados		(582)	(1.242)	(890)
Sobras / Perdas antes das Destinações		**9.242**	**19.618**	**31.201**
Destinações legais e Estatutárias			**(4.593)**	**(9.955)**
F.A.T.E.S.			(517)	(1.924)
Reserva Legal			(4.076)	(8.031)
Resultado antes do Juros ao Capital			**15.025**	**21.246**
Juros ao Capital	20		(12.061)	(15.405)
Sobras / Perdas Líquidas			**2.964**	**5.841**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldo em 31/12/15	**106.208**	**(504)**	**53.568**	**7.831**	**167.103**
Ajuste de Exercício Anterior					**-**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	7.821			(7.821)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(10)	(10)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	6.543	(358)			6.185
Por Devolução (-)	(9.480)				(9.480)
Sobras ou Perdas Líquidas				31.201	31.201
Provisão de Juros ao Capital				(15.405)	(15.405)
Subscrição do Juros ao Capital	15.405				15.405
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.907)				(2.907)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(241)				(241)
IRRF sobre Juros ao Capital	(590)				(590)
Fates Atos Não Cooperativos				(1.194)	(1.194)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			8.031	(8.031)	-
. F A T E S				(730)	(730)
Saldos em 30/06/16	**122.759**	**(862)**	**61.599**	**5.841**	**189.337**
Saldo em 31/12/16	**122.759**	**(862)**	**61.599**	**5.841**	**189.337**
Ajuste de Exercício Anterior					**-**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	5.836			(5.836)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(5)	(5)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	4.446	43			4.489
Por Devolução (-)	(11.490)				(11.490)
Estorno/Cancelamento de Capital	(483)				(483)
Reversões de Reservas					-
Sobras ou Perdas Líquidas				19.618	19.618
Provisão de Juros ao Capital				(12.061)	(12.061)
Subscrição do Juros ao Capital	12.061				12.061
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.269)				(2.269)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(347)				(347)
IRRF sobre Juros ao Capital	(318)				(318)
Fates Atos Não Cooperativos				(147)	(147)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			4.076	(4.076)	-
. F A T E S				(370)	(370)
Saldos em 31/12/2017	**130.195**	**(819)**	**65.675**	**2.964**	**198.015**
Saldo em 30/06/2017	**122.790**	**(672)**	**61.599**	**4.918**	**188.635**
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.330	(147)			2.183
Por Devolução (-)	(3.991)				(3.991)
Estorno/Cancelamento de Capital	(61)				(61)
Sobras ou Perdas Líquidas				9.242	9.242
Provisão de Juros ao Capital				(6.603)	(6.603)
Subscrição do Juros ao Capital	12.061			-	12.061
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.269)				(2.269)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(347)			-	(347)
IRRF sobre Juros ao Capital	(318)			-	(318)
Fates Atos Não Cooperativos				(147)	(147)
Destinação das Sobras do Exercício:				-	-
. Fundo de Reserva			4.076	(4.076)	-
. F A T E S				(370)	(370)
Saldos em 31/12/17	**130.195**	**(819)**	**65.675**	**2.964**	**198.015**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	**9.824**	**20.860**	**32.091**
Participações nos Resultados de Empregados	(582)	(1.242)	(890)
Depreciações e Amortizações	859	1.607	1.506
Provisão de Juros ao Capital	(6.603)	(12.061)	(15.405)
Provisão para perda com operações de crédito	35.350	66.171	46.704
Resultado das baixas por obsolescencia do Ativo Imobilizado	31	61	22
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(866)	(1.352)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	(29)	(29)	-
	38.850	**74.501**	**62.676**
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	5.364	25.195	(12.906)
Relações Interfinanceiras	217	-	-
Operações de Crédito	(17.927)	(54.814)	(98.327)
Outros Créditos	432	(468)	(914)
Outros Valores e Bens	(7.662)	(7.744)	(73)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	(2.492)	13.354	(1.258)
Depósitos sob Aviso	(398)	(371)	(787)
Depósitos a Prazo	(27.962)	(18.250)	55.658
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	14.177	14.177	-
Outras Obrigações	(5.263)	(2.910)	3.226
Relações Interfinanceiras	37.242	63.184	(23.414)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	773	(320)
Relações Interdependências	3.154	(1.868)	(69)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	**37.732**	**104.759**	**(16.508)**
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	866	636
Distribuição Sobras da Central	-	-	716
Aplicação no Intangível	(11)	(18)	(7)
Aplicação no Diferido	-	-	-
Inversões em Imobilizado de Uso	(128)	(2.603)	(1.734)
Inversões em Investimentos	(369)	(1.254)	(2.220)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	**(508)**	**(3.009)**	**(2.609)**
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	2.183	4.489	6.185
Devolução de Capital à Cooperados	(3.991)	(11.490)	(9.480)
Estorno/Cancelamento de Capital	(61)	(483)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(5)	(10)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(147)	(147)	(1.194)
FATES Sobras Exercício	(370)	(370)	(730)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(347)	(347)	(241)
Subscrição do Juros ao Capital	12.061	12.061	15.405
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.269)	(2.269)	(2.907)
IRRF sobre Juros ao Capital	(318)	(318)	(590)
Aumento de Reservas			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	**6.741**	**1.121**	**6.438**
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	**43.965**	**102.871**	**(12.679)**
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	158.828	99.922	112.601
No Fim do Período	202.793	202.793	99.922
Variação Líquida das Disponibilidades	**43.965**	**102.871**	**(12.679)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE ("SICOOB NORTE" ou "Cooperativa")**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 01/11/1988, filiada à **CCC DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB NORTE** possui **19** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO DOMINGOS DO NORTE - ES, ÁGUIA BRANCA - ES, NOVA VENÉCIA - ES, GOVERNADOR LINDENBERG - ES, VILA VALÉRIO - ES, BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES, SÃO MATEUS - ES, PINHEIROS - ES, MONTANHA - ES, ECOPORANGA - ES, PANCAS - ES, VILA PAVÃO - ES, BOA ESPERANÇA - ES, PEDRO CANÁRIO - ES, SÃO GABRIEL DA PALHA - ES, CONCEIÇÃO DA BARRA - ES.**

O **SICOOB NORTE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposto em contrário. As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros préfixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério «*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Passivos contingentes

As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que mereça divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Disponibilidade

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa (a)	4.300	2.544
Bancoob	7	-
Numerário em Trânsito (b)	3.356	3.921
Total	**7.663**	**6.465**

(a) Numerário em tesouraria e terminais de autoatendimento das agências da Cooperativa.

(b) Numerário custodiado em empresas de guarda de valores.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa – Circulante	919	23.565
Título De Renda Fixa – Não circulante	373	2.922
Total	**1.292**	**26.487**

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

5.1 Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. e Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rdc - pós-fixado	995	3.146
Total	**905**	**3.146**

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	195.130	93.456
Total	**195.130**	**93.456**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2017 no montante de R$ 14.566 (31/12/2016 – R$ 14.259) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos".

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Depositantes	1.065	1.222
Cheque Especial	5.997	6.531
Conta Garantida	3.573	3.604
Empréstimo	335.855	321.649
Títulos Descontados	37.852	45.388
Financiamentos	29.205	31.414
Financiamentos Rurais	310.619	286.771
Total da Carteira de Crédito	724.166	696.579
(Provisão para operações de Crédito)	-106.270	-67.326
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**617.896**	**629.253**

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositantes	1.065	0	0	1.065
Cheque Especial	5.997	0	0	5.997
Conta Garantida	3.573	0	0	3.573
Empréstimos	67.461	159.565	108.829	335.855
Títulos Descontados	33.669	4.183	0	37.852
Financiamentos	3.878	9.157	16.170	29.205
Financiamentos Rurais	30.203	145.603	134.813	310.619
TOTAL	**145.846**	**318.508**	**259.812**	**724.166**

c) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Carteira	Curso	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Adiantamento a Depositantes	Normal	0	1	56	118	42	13	10	2	15	257	267
	Anormal	0	0	14	55	50	39	89	64	497	808	955
Cheque Especial	Normal	0	31	1.938	2.339	1.072	169	76	74	298	5997	6.531
	Anormal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta Garantida	Normal	0	64	1.173	1.683	263	65	54	94	177	3573	3.604
	Anormal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimo	Normal	1.140	32.527	110.434	54.123	13.112	7.010	13.632	26.771	26.723	285472	288.605
	Anormal	0	15	2.112	11.258	3.961	5.498	6.385	3.726	17.428	50383	33.044
Títulos Descontados	Normal	1.592	21.794	6.882	4.593	12	0	0	0	0	34873	42.319
	Anormal	0	0	354	1.258	591	255	35	54	432	2979	3.069
Financiamentos	Normal	0	5.297	11.350	8.320	659	180	94	5	181	26086	27.148
	Anormal	0	0	688	974	345	214	107	361	430	3119	4.266
Financiamentos Rurais	Normal	0	24.368	214.325	42.746	9.882	2.254	3.024	3.601	7.778	307978	285.015
	Anormal	0	0	702	817	187	74	230	110	521	2641	1.756
Total Normal	Normal	2.732	84.082	346.158	113.922	25.042	9.691	16.890	30.547	35.172	664.236	653.489
Total Anormal	Anormal	0	15	3.870	14.362	5.134	6.080	6.846	4.315	19.308	59.930	43.090
Total		**2.732**	**84.097**	**350.028**	**128.284**	**30.176**	**15.771**	**23.736**	**34.862**	**54.480**	**724.166**	**696.579**

d) Composição da provisão por classificação de nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

		31/12/2017		31/12/2016	
Nível de Risco	% Provisão	Valor Operações	Provisão Constituída	Valor Operações	Provisão Constituída
AA	-	2.733	0	5.848	0
A	0,5	84.097	420	145.755	729
B	1	350.028	3.501	324.577	3.246
C	3	128.284	3.849	95.871	2.875
D	10	30.174	3.017	30.377	3.038
E	30	15.772	4.732	34.289	10.287
F	50	23.737	11.868	22.293	11.146
G	70	34.860	24.402	5.212	3.648
H	100	54.481	54.481	32.357	32.357
Total		**724.166**	**106.270**	**696.579**	**67.326**

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.031	105.375	13.277	12.774	133.457	18%
Setor Privado - Indústria	232	16.055	4.682	13.348	34.317	5%
Setor Privado - Serviços	1.652	88.027	9.098	0	98.777	14%
Pessoa Física	6.681	150.684	10.650	283.860	451.875	62%
Outros	39	4.919	145	637	5.740	1%
TOTAL	**10.635**	**365.060**	**37.852**	**310.619**	**724.166**	**100%**

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	67.326	39.873
Constituições	66.134	45.354
Transferência para prejuízo	(27.190)	(17.901)
TOTAL	**106.270**	**67.326**

g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	22.548	3%	19.085	3%
10 Maiores Devedores	108254	15%	101.709	15%
50 Maiores Devedores	209.906	29%	194.349	28%

h) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	38.850	23.912
Valor das operações transferidas no período	27.190	17.901
Valor das operações recuperadas no período	(9.109)	(2.763)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	550	19
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(542)	(219)
TOTAL	**56.939**	**38.850**

7.1 Operações de Credito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de adiantamentos a depositantes	1.796	1.971
Rendas de empréstimos	81.154	80.779
Rendas de direitos creditórios descontados	12.590	13.782
Rendas de financiamentos	6.735	7.555
Rendas financiamentos rurais - aplicações livres	4.541	3.409
Rendas financ rurais - aplic repassadas e refinanc	22.892	20.816
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.559	2.785
	138.267	**131.097**

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

8.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honradas	1.351	1.374
Créditos por avais e fianças honradas	1.351	1.374
Rendas a Receber	1.802	1.622
Rendas de convenio a receber	37	52
Rendas a receber - Cartões	431	425
Centralização financeira	1.080	1.039
Rendas a receber seguros	141	-
Rendas convênios a receber - inss	3	5
Outras Rendas a Receber	110	101
Diversos	1.317	1.610
Antecipação Salariais	109	114
Adiantamento de Salário	-	2
Adiantamento de Férias	109	112
Adiantamentos Por Conta de Imobilizações	26	117
Adiantamento por conta de Imobilizações	26	117
Impostos e Contribuições a Compensar	616	818
Saldo Negativo IRPJ – Exercício anteriores	425	480
Saldo Negativo CSLL– Exercício anteriores	181	338
Cofins a Compensar	8	-
Pis a Compensar	2	-
Pagamentos a Ressarcir	95	45
Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito	-	10
Outros	95	35
Títulos de Crédito a Receber	288	338
Tarifas a Receber	288	338
Devedores Diversos - País	183	178
Pro agro a Receber	106	83
Faltas de Caixa	-	-
Pendencias a Regularizar	14	41
Seguro Contratados a Receber	-	31
Plano de Saúde a Receber	13	10
Pendências a Regularizar Bancoob	50	13
Total	**4.470**	**4.606**
(-) Provisão para Outros Créditos	**(1.011)**	**(972)**
(-) Avais e Fianças Honradas	(921)	(972)
(-) Sem características de concessão de crédito	(90)	-
Total Outros créditos Líquido	**3.459**	**3.634**

8.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Devedores por Depósito e Garantia (a)	3.583	3.470
Pis – Deposito Judicial	549	531
Cofins – Deposito Judicial	2.785	2.691
Outros	249	249
Para interposição de recursos trabalhistas	655	124
Para interposição de recursos trabalhistas	655	124
Total	**4.238**	**3.595**

(a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 16.5.

9. Outros valores e bens

Encontram-se registrados neste grupo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de Uso Próprio (a)	7.676	-
Imóveis	7.644	-
Veículos e Afins	32	-
Almoxarifado	235	185
Despesa Antecipada	45	28
Prêmio de seguros	10	11
Outros	35	17
Total	**7.956**	**213**

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

10. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central de Credito do Espirito Santo – Sicoob Central	15.496	15.342
Participações em Cooperativa Central de Credito	15.496	15.342
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	7.452	6.352
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito	7.452	6.352
Total	**22.948**	**21.694**

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado em Curso		-	619
Saldo Imobilizado em Curso		-	619
Terrenos	-	311	305
Edificações	4%	4.293	3.477

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

(-) depreciação acumulada de imóveis de uso-edificações		(464)	(308)
Saldo Imobilizado de Uso		3.831	3.169
Instalações	10%	6.127	4.830
(-) depreciação acumulada de instalações		(3.494)	(2.905)
Saldo Instalações		2.634	1.927
Móveis e Equipamentos	10%	3.275	2.970
(-) depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(1.547)	(1.419)
Saldo Móveis e Equipamentos		1.730	1.551
Sistema de Processamento de Dados	10%	2.419	2.239
(-) sistema de processamento de dados		(1.823)	(1.706)
Saldo Sistema de Processamento de Dados		596	533
Sistemas de Comunicação	20%	221	195
(-) sistema de comunicação-equipamentos		(132)	(99)
Saldo Sistemas de Comunicação		89	98
Sistemas de Segurança	10%	843	739
(-) depreciação acumulada - sistema de segurança		(467)	(435)
Saldo Sistemas de Segurança		382	314
Sistemas de Transporte	20%	76	140
(-) depreciação acumulada - sistema de transporte		(39)	(88)
Saldo Sistemas de Transporte		37	53
Subtotal		17.565	15.514
Depreciação acumulada		(7.966)	(6.960)
Total Líquido Imobilizado.		**9.599**	**8.554**

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Taxa de Amortização	31/12/2017	31/12/2016
Direito de Uso	876	(756)	10%	876	857
Total				876	857
Amortização acumulada				(756)	(674)
Total				**120**	**183**

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	90.338	76.984
Depósito Sob Aviso	4.425	4.797
Depósito a Prazo	241.072	259.322
Total	**335.835**	**341.103**

Os depósitos, até o limite de R$ 250, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	4.850	1%	7.384	2%
10 Maiores Depositantes	30.555	9%	36.166	11%
50 Maiores Depositantes	75.808	23%	77.992	23%

13.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegócio	14.177	0
Total	**14.177**	**0**

13.2 Operações de Captação no Mercado

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de depósitos de aviso prévio	449	673
Despesas com captação-r.d.c.	24.823	31.064
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	123	0
Contribuição ordinária - fgcoop	540	489
Total	25.935	32.226

14. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

14.1 Relações Interfinanceiras:

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	105.433	98.206	177.920
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	44.072	44.584	51.217
Total			**149.505**	**142.790**	**229.137**

14.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		30/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	7.644	-	6.871
Total			**7.644**	**-**	**6.871**

14.3 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao Bancoob e Sicoob Central.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Empréstimo Rotativo Central	697	1.007
Despesas de repasse - Central	6.483	5.765
Despesas de repasse - Bancoob	16.128	14.107
Total	**23.308**	**20.879**

14.4 Correspondentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as obrigações com Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Correspondentes	32	5
Total	**32**	**5**

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse conforme convênios firmados.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento	3.193	5.089
Recebimento em Transito de Terceiros	75	47
Total	**3.268**	**5.136**

16. Outras Obrigações

16.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Credito - IOF	238	97
Operações com títulos e valores mobiliários - IOF	1	3
Adicional	1	1
Recebimento de Recursos Estaduais e Municipais	2	2
Total	**242**	**103**

16.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	2.323	3.871
Provisão para Participações nos Lucros – empregados (b)	701	883
Gratificações a Dirigentes (c)	-	40
Cotas de Capital a Pagar (d)	3.920	3.873
Total	**6.944**	**8.667**

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a Cooperativa provisionou o montante de R$ 701 a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/01/17.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de bônus para Diretoria Executiva.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	110	106
Imposto e contribuições s/ salários	632	586
Outros	585	972
Total	**1.327**	**1.664**

16.4 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por aquisição de bens e direitos	5	15
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento (b)	1.492	1.142
Despesas de Pessoal	1.434	1.373
Água/energia/gás	-	6
Aluguéis	41	40
Acessória Técnica	-	45
Comunicações	35	116
Propaganda e publicidade	1	17
Manutenção e conservação de bens	9	9
Transporte	89	8
Plano de saúde	115	10
Compensação	94	246
Seguros a recolher	4	4
Seguro prestamista	423	586
Provisão de despesas com cartões	129	122
Outras despesas administrativa	81	43
Provisão para Garantias Prestadas	1.220	684
Pendências a regularizar	137	42
Diferença de caixa	15	28
Pagamentos a processar	-	4
Pendências a regularizar banco	79	2672
Crédito de Terceiros	1	-
Cooperativa central	210	23
Valores a pagar arrecadação	23	19
Taxas alienação de veículos a repasssar	21	23
Taxas de gravames a repassar	4	5
Outros	4	-
Cheques Descontados (a)	341	196
Credores diversos – Liquidação de cobrança	60	13
Total	**6.067**	**7.491**

a. Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2017;

b. Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas.

16.5 Contingências Passivas

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões, que estão registradas na rubrica provisões para contingências.

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisões para Contingências	Depósitos judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS (a)	549	549	530	531
COFINS (a)	2785	2785	2691	2691
Passivos Trabalhistas (b)	761	655	436	124
Outras contingências (c)	-	249	363	249
Cíveis (c)	360	-	-	-
Total	**4.455**	**4.238**	**4.020**	**3.595**

(a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

(b) Provisão de ações por reclamações trabalhistas;

(c) Refere-se a processo de dano moral e material que foram reclassificados da conta de “outras contingências”.

Os processos judiciais em que a Cooperativa figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R$ 250.

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB NORTE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	129.376	121.897
Associados	34.061	32.839

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18/04/2017, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a decisão foi para aumento do capital social, no valor de R$ 5.841.

(D) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	7.557	15.796
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(147)	(1.194)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	7.410	14.602
Destinações estatutárias	(4.446)	(8.761)

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

Reserva legal - 55%	(4.076)	(8.031)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(370)	(730)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**2..964**	**5.841**

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	8.122	4.879
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.517)	(752)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.829)	(988)
Resultado operacional	4.776	3.136
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	73	112
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	4.849	3.248
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	4.702	2.054
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	**147**	**1.194**

20. Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Juros ao Capital	12.061	15.405
IRRF sobre juros ao capital	(318)	(590)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(347)	(241)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.269)	(2.907)
Valor incorporado a conta capital	**9.127**	**11.667**

21. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários	1.553	1.565
Despesas de pessoal - benefícios	3.858	3.388
Despesas de pessoal - encargos sociais	3.715	3.407
Despesas de pessoal - proventos	9.710	8.890
Despesas de remuneração de estagiários	284	251
Outros	0	4
Total	**19.120**	**17.505**

22. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infra-estrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de agua energia e gas	569	578
Despesas de alugueis	1.316	1.248
Despesas de comunicações	1.072	942
Despesas de manutenção e conservação de bens	385	346
Despesas de material	353	359
Despesas de processamento de dados	2.994	1.612
Despesas de promoções e relações públicas	688	242
Despesas de propaganda e publicidade	449	432
Despesas de publicações	19	9
Despesas de seguros	28	22
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.015	5.164
Despesas de serviços de terceiros	1.600	1.206
Despesas de serviços de vigilância e segurança	1.585	1.392
Despesas de serviços técnicos especializados	609	381
Despesas de transporte	832	533
Despesas de viagem no país	72	44
Outras despesas administrativas	3.872	1.546
Despesas de amortização	81	74
Despesas de depreciação	1.526	1.432
Total	**22.065**	**17.562**

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcrede.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Reversão provisão para garantias prestadas	45	0
Reversão provisão para contingencia	46	0
Rendas juros cartão de crédito	2.721	2.206
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	466	708
Dividendos	866	636
Crédito receita sipag - faturamento	65	35
Crédito receita sipag - antecipação	129	42
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	857	646
Rendas intercâmbio - cartão de débito	7	103
Distribuição de sobras da central	0	716
Devolução Contribuição ao Fundo garantidor de Fomento	4.694	0
Atualização Devolução Contribuição ao Fundo garantidor de Fomento	1.557	0
Rendas de repasses delcredere	1.095	3.640
Outras rendas operacionais	260	235
Total	**12.808**	**8.967**

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes e contribuição ao fundo de tecnologia da confederação.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Contingentes	23	0
Trabalhistas - sucumbências	65	0
Provisão para garantias prestadas	581	0
Operações de crédito	126	2
Perdas - fraudes externas	0	29
Perdas - práticas inadequadas	5	2
Perdas - falhas de gerenciamento	22	1
Estorno juros - crédito - recursos próprios	89	0
Descontos concedidos - operações	2.881	1.020
Bonificação de seguro prestamista	8	2
Perdas cartão de crédito	0	2
Correspondente bancário	262	283
Multa e juros diversos	1	2
Tarifa recebimento convênio - inss	6	4
Tarifas consultas/saques cirrus cabal	2	2
Passivos trabalhistas	280	20
Passivos contingentes	0	205
Cancelamento - tarifas pendentes	641	590
Fundo de desenvolvimento	0	995
Mensagens sms - cartões	5	2
Descontos concedidos - oper créd - crédito pessoal	33	75
Contrib. ao fundo ressarc. fraudes	29	18
Contrib. ao fundo ressarc. perdas operacionais	14	8
Contrib. ao fundo tecnologia da informação	611	709
Outras contrib. diversas	26	26
Outros	6	9
Total	**5.716**	**4.006**

25. Resultado não operacional

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	29	1
Ganhos de Capital	104	110
Outras Rendas não Operacionais	74	47
(-) Prejuizos em Transações com Valores e Bens	-48	0
(-) Perdas de Capital	-75	-35
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0	0
(-) Outras Despesas não Operacionais	-11	-11
Total	**73**	**112**

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida	10	-	0,34%
Crédito Rural	1.106	(11)	0,36%
Empréstimo	343	(3)	0,08%
Financiamento	23	-	0,08%

Percentual em relação a carteira ativa referente a movimentação total

Descrição	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos	0,02%
Crédito Rural	0,03%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito com garantias prestadas	31/12/2017
Crédito Rural	2.843
Empréstimos e Financiamentos	1.356
Títulos Descontados	2

Operações passivas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	664	0,74%	-
Depósitos a Prazo	2.053	0,79%	92%a 100% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	1,62% a.m a 5,97% a.m	1,62% a.m a 5,97 a.m.
Desconto de Cheques	2,00% a.m. à 4,00% a.m	2,00% a.m. à 4,00% a.m
Empréstimos	0,95% a 4,50% a.m.	0,95% a 4,50% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,25% a 2,80% a.m	1,25% a 2,80% a.m
Crédito Rural - Repasses	8.75% a 9,50 a.a.	8.75% a 9,50 a.a.
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	92%a 100% do CDI	92%a 100% do CDI

Em 31/12/2017, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2017
Honorários e Cédula de Presença	1.450
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	56

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de Credito, o qual, a Cooperativa tem participação e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob.

	Transações com Sicoob Central ES e Bancoob	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	**196.422**	**119.943**
Títulos e Valores mobiliários	1.292	26.487
Relações Interfinanceiras	195.130	93.456
Passivo	**299.939**	**237.008**
Relações Interfinanceiras	292.295	229.137
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.644	7.871
Receitas	15.561	17.405
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	995	3.146
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	14.566	14.259
Despesas	25.650	21.625
Operações de Empréstimos e Repasses	23.308	20.879
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	2.342	746

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB NORTE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

28. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º .3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

28.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob,

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R$)

centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

28.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

28.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

29. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de dezembro de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$ 43.306 (31/12/2016 – R$ 34.186)**,** referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4192, de 1º/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	197.998	189.327
Margem de Compatibilização	114.887	109.549
Índice da Basileia	30,97%	30,85%
Margem de Imobilização	89.297	85.936

São Gabriel da Palha-ES, 31 de dezembro de 2017.

Nivaldo Mauri
Diretor Executivo
CPF: 774.913.007-15

Paulo Roberto Silva
Diretor Operacional
CPF: 844.330.277-15

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
CPF: 007.835.517-6

Relatório de Auditoria

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Norte para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 13 de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 16 de março de 2018.

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte

São Gabriel da Palha/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Norte em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC, datado de 16 de março de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

São Gabriel da Palha/ES, 19 de março de 2018.

Michel Pereira Machado
Coordenador do Conselho Fiscal

Laércio Lorenzoni
Secretário do Conselho Fiscal

Edson Gums Mielke
Conselheiro Fiscal - Efetivo